

LITERATURA INFANTOJUVENIL, ERER E COMBATE AO RACISMO EM PARNAÍBA (PI): OLHARES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dânia Pereira Ramos¹
Osmar Rufino Braga²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar como a escola pública de Parnaíba (PI) tem desenvolvido o trabalho com a literatura infantojuvenil voltada para a educação das relações étnico-raciais, identificando autores e obras utilizados, os desafios no processo, e as práticas pedagógicas realizadas, à luz da Lei nº 11.645/2008. Tendo base em autores como Gomes (2017), Freire (1996), e Munanga (1999), o estudo vai abordar a importância da literatura infantojuvenil como ferramenta antirracista e formativa, considerando seu papel na construção de identidades e na desconstrução de estereótipos. A pesquisa realizada teve caráter etnográfico e abordagem qualitativa, realizada em duas escolas públicas do município de Parnaíba (PI). Metodologicamente, trabalhou com entrevistas com professoras/res, análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e do acervo literário disponível. Os resultados revelaram que, embora existam iniciativas, a aplicação da legislação ainda ocorre majoritariamente em datas comemorativas específicas, com dificuldades relacionadas à escassez de obras literárias referenciadas em ERER (educação para as relações etnicorraciais), falta de formação docente e resistência institucional em tratar o tema de uma forma contínua. Casos de preconceito ainda são relatados no ambiente escolar, sendo a literatura utilizada como recurso pedagógico para mediar conflitos e promover reflexões. Ao final, o estudo propõe orientações metodológicas para o aprimoramento das ações educativas com literatura infantojuvenil, visando fortalecer o combate ao racismo e o reconhecimento da diversidade cultural no contexto escolar.

7627

Palavras-chave: Educação para as Relações Etnicorraciais. Literatura infanto juvenil. Lei nº 11.645/2008. Combate ao Racismo.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor efetivo da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

ABSTRACT: This article intends to investigate how the public school in Parnaíba (PI) has developed work with children's and young adult literature focused on the education of ethnic-racial relations, identifying authors and works used, the challenges in the process, and the pedagogical practices carried out, in light of Law No. 11.645/2008. Based on authors such as Gomes (2017), Freire (1996), and Munanga (1999), the study will address the importance of children's and young adult literature as an anti-racist and formative tool, considering its role in the construction of identities and the deconstruction of stereotypes. The research has an ethnographic character and a qualitative approach, conducted in two public schools in the municipality of Parnaíba, through interviews with teachers, data collection through the analysis of the Political-Pedagogical Projects (PPP), and the available literary collection. The results reveal that, although there are initiatives, the application of the legislation still occurs predominantly on specific commemorative dates, with difficulties related to the scarcity of literary works, lack of teacher training, and institutional resistance to addressing the topic in a continuous manner. Cases of prejudice are still reported in the school environment, with literature being used as a pedagogical resource to mediate conflicts and promote reflections. In the end, the study proposes methodological guidelines for improving educational actions with children's and young adult literature, aiming to strengthen the fight against racism and the recognition of cultural diversity in the school context.

Keywords: Education of Ethnic-Racial Relations. Children's and Young Adult Literature. Law No. 11,645/2008. Combating Racism.

INTRODUÇÃO

7628

A educação para as relações étnico-raciais (ERER) se estabelece como uma pauta essencial para a construção de uma sociedade democrática, inclusiva e plural, principalmente em países como o Brasil, cuja formação social e cultural resulta do encontro e, muitas vezes, do conflito entre diferentes matrizes étnicas: indígena, africana e europeia. Reconhecer e valorizar essa diversidade é tarefa fundamental da escola, espaço social responsável pela formação cidadã e pelo desenvolvimento de valores voltados para o respeito às diferenças e para o combate às desigualdades. Nesse processo, a literatura infantojuvenil exerce papel estratégico, pois, por meio das narrativas, personagens e histórias, as crianças constroem suas visões de mundo, concepções sobre si mesmas e sobre os outros, sendo, portanto, um instrumento potente para a construção de identidades, fortalecimento do pertencimento, da ancestralidade e para a desconstrução de estereótipos.

Historicamente, a literatura infantil brasileira esteve marcada por um viés eurocêntrico, priorizando personagens e histórias vinculadas à tradição europeia e, quando abordava personagens negros ou indígenas, frequentemente o fazia de maneira caricatural, estereotipada ou em posições subalternizadas. Esse cenário impacta diretamente a identidade de crianças

negras e indígenas, que, ao não se verem representadas de forma positiva nas narrativas escolares, têm suas referências culturais e ancestrais invisibilizadas. Em municípios como Parnaíba, localizado no norte do Piauí, as escolas públicas enfrentam desafios semelhantes. Ainda que reconheçam a importância da temática, a prática pedagógica com foco na educação das relações étnico-raciais e no enfrentamento ao racismo é limitada, sendo em muitos casos restrita a atividades pontuais e à celebração de datas comemorativas, como o dia da Consciência Negra.

Para enfrentar esse histórico de exclusão, a Lei nº 11.645, sancionada em 10 de março de 2008, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em todo o currículo da educação básica, ampliando o alcance da Lei nº 10.639/2003, que anteriormente contemplava apenas a história e cultura africana e afro-brasileira. Essa legislação representa um avanço na luta contra o racismo e pela valorização das identidades historicamente marginalizadas no Brasil. No entanto, sua efetivação no ambiente escolar ainda enfrenta barreiras, que vão desde a ausência de acervos literários diversificados até a carência de formação específica dos docentes para lidar com a temática de forma contínua e sistematizada.

Diante desse contexto, esta pesquisa teve como objetivo geral investigar como a escola pública parnaibana tem trabalhado a literatura infantojuvenil voltada para a educação das relações étnico-raciais, identificando as obras, os autores e as autoras utilizadas, bem como as práticas pedagógicas associadas às ações educativas desenvolvidas, a fim de perceber resultados, problemas e desafios, tendo como referência a Lei nº 11.645/2008 e o combate ao racismo na escola. Para isso, estabeleceu-se como objetivos específicos: fazer uma contextualização geral da organização e do trabalho pedagógico das escolas, focalizando as ações educativas com a literatura infantojuvenil, destacando elementos curriculares, planejamento, escolha e definição das obras, autores e autoras, planos, métodos e estratégias de ensino e docentes envolvidas; analisar como são organizadas, planejadas e implementadas as ações e as práticas pedagógicas no campo da literatura infantojuvenil, especialmente aquelas com foco na educação das relações étnico-raciais, identificando resultados, problemas e desafios do trabalho desenvolvido no processo de ensino e aprendizagem, principalmente no enfrentamento ao preconceito e no combate ao racismo; e apontar possíveis pistas e orientações metodológicas para melhorar o

trabalho com a literatura infantojuvenil com foco na educação das relações etnicorraciais e no combate ao racismo.

Este artigo está estruturado em três seções. Na primeira, apresenta-se o referencial teórico, o qual discute os principais conceitos, a legislação pertinente e o papel da literatura infantojuvenil no combate ao racismo. Na segunda, a metodologia, que descreve o percurso investigativo, caracterizando o campo, os sujeitos e os instrumentos utilizados. Na terceira seção, realizam-se a apresentação e análise dos resultados obtidos a partir das entrevistas e documentos analisados, organizados em categorias temáticas. Nas considerações finais reúnem-se os achados mais relevantes, destacando avanços, desafios e propondo recomendações para o aprimoramento das práticas pedagógicas no contexto estudado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Literatura Infantojuvenil e Formação Crítica

A literatura infantojuvenil desempenha um papel fundamental na formação cultural e social das crianças e adolescentes, sendo um importante meio para a construção de valores, significados e representações sobre o mundo. Desde a infância, por meio das narrativas, as crianças têm a oportunidade de estabelecer contato com diferentes personagens, contextos e culturas, o que contribui diretamente para a formação da sua percepção dos outros e de sua identidade.

7630

Historicamente, no Brasil, a literatura infantil esteve marcada por uma perspectiva eurocêntrica, priorizando narrativas de tradição europeia e relegando as culturas negras e indígenas a papéis caricatos, estereotipados ou secundários. Como destacam Mariosa e Reis (2011, p. 51), a ausência de representações positivas prejudicou a construção identitária de crianças negras e indígenas, resultando em uma rejeição de suas origens e ancestralidade. As autoras afirmam que:

A carência da devida valorização das características físicas e culturais dos negros acaba por resultar em rejeição das crianças negras de sua ancestralidade e todos os símbolos a elas relacionados, prejudicando sua identidade em formação (MARIOSAS; REIS, 2011, p. 51)

Diante disso, a literatura infantojuvenil com enfoque antirracista surge como estratégia pedagógica potente, ao proporcionar narrativas que reconhecem suas contribuições, tradições e saberes das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Essa literatura permite ampliar o

repertório cultural das crianças e promover uma postura crítica diante das desigualdades raciais historicamente presentes na sociedade brasileira.

Como observa Cunha (1999, p. 22), o reconhecimento da infância como fase própria e diferenciada do adulto, surgido a partir das transformações sociais e religiosas dos séculos XVII e XVIII, impôs a necessidade de uma educação específica, onde a literatura também se tornou um recurso fundamental para mediar as relações culturais e sociais e construir identidades plurais.

2.2. A Lei nº 11.645/2008: Obrigatoriedade e Desafio

A promulgação da Lei nº 11.645/2008 representou um marco significativo no enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil, ao tornar obrigatória a inclusão das temáticas "História e cultura afro-brasileira e indígena" no currículo oficial da educação básica (BRASIL, 2008). Tal legislação é resultado da mobilização histórica de movimentos sociais, como o movimento negro e indígena, que por décadas reivindicaram políticas públicas de valorização de suas identidades, reconhecimento de seus direitos e combate ao racismo estrutural.

Como reforça Paulo Freire (1996, p. 29), a educação não pode desconsiderar as identidades culturais dos educandos e deve assumir um compromisso ético com a transformação social:

Ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica. [...] Exige o respeito à autonomia do ser do educando. Exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural do educando." (FREIRE, 1996, p. 29)

A Lei nº 11.645/2008 amplia o alcance da Lei nº 10.639/2003, incluindo a obrigatoriedade de trabalhar também as culturas indígenas nos currículos escolares. No entanto, a implementação dessa legislação enfrenta desafios significativos, como a falta de formação adequada dos professores, resistência de algumas instituições e a limitação das abordagens a datas comemorativas, como o mês da Consciência Negra, restringindo assim o potencial contínuo e interdisciplinar da proposta.

Gonçalves e Silva (2003, p. 13) ressaltam que as Diretrizes Curriculares Nacionais representam um avanço importante ao reafirmar a necessidade de inclusão das temáticas etnicorraciais no currículo escolar brasileiro:

As Diretrizes Curriculares Nacionais representam um marco importante para a educação das relações etnicorraciais no Brasil, reafirmando a importância de valorizar e incluir no currículo a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena." (GONÇALVES E SILVA, 2003, p. 13)

Como observamos, as referidas diretrizes datam de 2003 e já se passaram mais de vinte anos deste marco importante, mas a educação para as relações etnicorraciais ainda é um grande desafio para a sociedade e o estado brasileiro.

2.3. Racismo na Escola e o Potencial Antirracista da Literatura

O racismo, como destaca Gomes (2017, p. 51), está cristalizado na estrutura social brasileira e se manifesta, muitas vezes, de forma velada e insidiosa, perpetuando a exclusão e a desigualdade por meio de discursos que simulam igualdade, mas negam as diferenças culturais e raciais: “O Brasil construiu, historicamente, um tipo de racismo insidioso, ambíguo, que se afirma via sua própria negação e que está cristalizado na estrutura da nossa sociedade. Sua característica principal é a aparente invisibilidade” (GOMES, 2017, p. 51).

Nesse contexto, a literatura infantojuvenil, ao propor narrativas que valorizem a cultura afro-brasileira e indígena, torna-se um instrumento antirracista de grande potencial. Ao possibilitar o reconhecimento das diferentes identidades e combater estereótipos historicamente impostos às populações negras e indígenas, essa literatura contribui para a construção de uma educação que respeita as diferenças e promove a igualdade de oportunidades.

Cavalleiro (2000, p. 73) chama a atenção para o risco de reprodução de práticas discriminatórias no ambiente escolar quando os professores não recebem formação adequada para lidar com a temática racial:

Sem uma formação adequada, os educadores tendem a reproduzir práticas discriminatórias ou a ignorar situações de preconceito, reforçando o ciclo de exclusão dos alunos negros no ambiente escolar. (CAVALLEIRO, 2000, p. 73)

2.4. Representatividade e Escrita de Autoria Negra e Indígena

Valorizar autores e obras de origem afro-brasileira e indígena é essencial para ampliar o repertório cultural das crianças e combater o apagamento histórico dessas culturas na literatura e na sociedade. Conforme Munanga (1999, p. 107) observa, o Brasil é uma civilização formada pela contribuição de diversos povos, embora as relações de poder históricas tenham imposto assimetrias:

Estamos de acordo que o Brasil é uma nova civilização, feita das contribuições de negros, índios, europeus e asiáticos que aqui se encontraram. Apesar do fato colonial e da assimetria no relacionamento que dele resultou, isso não impediu que se processasse uma transculturação entre os diversos segmentos culturais como se pode constatar no cotidiano brasileiro (MUNANGA, 1999, p. 107).

A literatura infantojuvenil, ao inserir personagens e narrativas que dialogam com a diversidade cultural brasileira, promove a representatividade e contribui para a desconstrução de preconceitos. Autores como Conceição Evaristo, Daniel Munduruku e Maria Firmina dos

Reis são referências nesse campo, por trazerem em suas obras a ancestralidade, a subjetividade e o pensamento indígena e negro de forma afirmativa, contribuindo para a formação de leitores mais críticos e conscientes.

Como evidencia Munduruku (2012), ao problematizar os estereótipos que recaem sobre os povos indígenas no Brasil, sua literatura permite a reflexão sobre identidade e alteridade: “A palavra ‘índio’, pelo menos no Brasil, aparece carregada de estereótipos e nenhum deles me representa” (MUNDURUKU, 2012).

Assim, ao incluir essas vozes na formação leitora das crianças, a escola cumpre seu papel de formação cidadã e democrática, promovendo o respeito às diferenças e a valorização das diversas matrizes culturais presentes no país.

3 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO: A METODOLOGIA

3.1 Delineamento da Pesquisa, campo e participantes

A presente pesquisa caracterizou-se por uma abordagem qualitativa, de caráter etnográfico, com o objetivo de compreender, a partir das percepções dos sujeitos escolares, como se dão as práticas pedagógicas voltadas à educação das relações etnicorraciais e ao uso da literatura infantojuvenil como uma estratégia antirracista. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pelo interesse em interpretar as ações, significados e desafios enfrentados pelos profissionais da educação em seu cotidiano, a partir de suas experiências e discursos. Referenciamo-nos em Minayo (2001), que define a pesquisa qualitativa como uma abordagem que responde a questões muito específicas; ela se dedica a um nível da realidade nas ciências sociais que não pode ser quantificado ou, idealmente, não deveria ser. Essa abordagem busca compreender as transformações realizadas pelos sujeitos, focando na relação complementar entre o mundo natural e o social, e entre a matéria e o pensamento social.

A pesquisa etnográfica vai permitir acompanhar e compreender as relações sociais no ambiente escolar em sua dinâmica natural, valorizando a interação entre os sujeitos e os significados atribuídos às suas práticas. Como afirmam Bogdan e Biklen (1994), esse tipo de investigação visa interpretar comportamentos e crenças a partir da perspectiva dos próprios participantes.

O estudo foi desenvolvido em duas escolas públicas municipais, localizadas na cidade de Parnaíba, estado do Piauí. Ambas atendem aos anos iniciais do ensino fundamental e foram

escolhidas considerando a diversidade de perfis de suas comunidades escolares e a disponibilidade para colaborar com a pesquisa.

Os participantes foram professores regentes de turma e coordenadores pedagógicos que atuam diretamente nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano). A seleção dos sujeitos ocorreu por meio de convite direto, considerando suas atuações pedagógicas no cotidiano das escolas e a experiência no planejamento e execução de atividades relacionadas às temáticas etnicorraciais.

3.2 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados

Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos:

Entrevistas semiestruturadas com professores e coordenadores pedagógicos das duas escolas participantes. As entrevistas tiveram como foco questões relativas ao uso da literatura infantojuvenil, à abordagem das relações etnicorraciais nas práticas pedagógicas e à aplicação da Lei nº 11.645/2008 no planejamento escolar. As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas presencialmente no ambiente escolar, com anotações em diário de campo;

Análise documental dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das duas instituições, com o objetivo de verificar se havia e como se apresentavam as diretrizes voltadas para a promoção da educação das relações etnicorraciais e a inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena;

Análise dos acervos literários escolares, investigando a presença de obras de autoria negra, indígena e de temáticas relacionadas às culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Foi realizada uma identificação e catalogação das obras disponíveis nas bibliotecas ou espaços de leitura das duas escolas, com registro da quantidade, autores e conteúdos abordados.

As entrevistas e análises documentais foram realizadas em período previamente acordado com as gestoras das escolas, assegurando o sigilo e a ética na utilização das informações coletadas.

3.3 Análise de Dados

Os dados coletados foram organizados e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme metodologia proposta por Bardin (2016). Inicialmente, foi realizada a pré-análise, com leitura exaustiva do material coletado, seguida pela exploração do conteúdo, em

que as informações foram agrupadas em categorias temáticas, conforme sua recorrência e relevância para os objetivos da pesquisa.

As categorias de análise preliminarmente definidas foram:

Percepções docentes sobre a educação das relações etnicorraciais;

Práticas pedagógicas desenvolvidas com literatura infantojuvenil;

Inserção da Lei nº 11.645/2008 nos Projetos Político-Pedagógicos;

Representatividade no acervo literário escolar.

Os resultados foram interpretados à luz do referencial teórico adotado, dialogando com autores como Freire (1996), Gomes (2017), Munanga (1999) e Cavalleiro (2000), de modo a compreender as práticas, desafios e possibilidades para a efetivação de uma educação antirracista nas escolas públicas de Parnaíba.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS: PARNAÍBA E A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Esta seção apresenta a análise dos dados obtidos a partir da pesquisa realizada em duas escolas públicas de Parnaíba (PI), com base em entrevistas concedidas por duas docentes, na leitura dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e no levantamento dos acervos literários escolares. Os resultados foram organizados em categorias analíticas, de modo a responder aos objetivos propostos, buscando contextualizar a organização e o trabalho pedagógico das escolas, destacando as ações educativas com a literatura infantojuvenil.

7635

4.1 Cenário Pedagógico e a Lei nº 11.645/2008

A análise evidenciou que as escolas investigadas trabalham a temática etnicorracial, principalmente, por meio de atividades pontuais, concentradas no mês de novembro, durante as comemorações da Consciência Negra. Uma professora entrevistada relatou que a literatura infantojuvenil é utilizada para tratar de aspectos culturais afro-brasileiros e indígenas, especialmente em atividades temáticas e projetos culturais:

No mês da consciência negra, principalmente, as turmas são divididas para apresentar uma mostra cultural; os temas são divididos de acordo com cada turma ou os professores escolhem no planejamento individual como abordar o tema (1ª DOCENTE ENTREVISTADA).

Entretanto, ficou evidente que não há uma intencionalidade sistematizada e contínua no planejamento anual para o cumprimento da Lei nº 11.645/2008, sendo as ações mais associadas à datas comemorativas. Tal constatação confirma as observações de Gomes (2017),

que aponta para a resistência e superficialidade na abordagem da temática étnico-racial no cotidiano escolar brasileiro.

4.2 Acervo e Escolha de Obras

A seleção de obras literárias nas duas escolas investigadas revelou um acervo reduzido e limitado em relação à literatura afro-brasileira e indígena. Uma professora destacou autores(as) consagrados(as) como Machado de Assis, Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis, Jorge Amado e Daniel Munduruku, este último o mais recorrente para trabalhar a cultura indígena, especialmente com a obra *Coisas de Índio*. Entretanto, a docente pontuou uma dificuldade significativa: “A falta de literatura (autores) diversos para usar como base ainda é um problema” (1ª DOCENTE ENTREVISTADA).

Essa limitação acaba comprometendo a construção de um trabalho pedagógico consistente e diversificado. Conforme argumenta Munanga (1999), a ausência de representatividade literária nas escolas reforça o ciclo de invisibilidade e silenciamento das culturas afro-brasileira e indígena no currículo, limitando a pluralidade cultural essencial à formação cidadã.

7636

4.3 Capacitação e Desafios Docentes

No que se refere à formação e percepção docente sobre a ERE e a aplicação da Lei nº 11.645/2008, outra professora foi entrevistada e demonstrou consciência da importância do tema e reconheceu os avanços obtidos com a introdução de projetos e atividades, mas apontou como principal obstáculo a ausência de formação específica e a falta de valorização da temática no cotidiano escolar: “Sabemos que a lei existe, mas o ensino etnicorracial não é tido como importante na maioria das escolas” (2ª DOCENTE ENTREVISTADA). Para a docente, a formação continuada é essencial para lidar com as demandas dessa temática.

Esse cenário reafirma as análises de Cavalleiro (2000), que destaca que, sem formação adequada, educadores tendem a reproduzir práticas discriminatórias ou invisibilizar situações de preconceito, mantendo a exclusão de estudantes negros e indígenas no ambiente escolar. E ainda sobre os desafios enfrentados, a professora relatou a aceitação positiva das atividades pelos alunos, colegas docentes e famílias, destacando que as crianças se mostram curiosas e interessadas, especialmente quando as atividades são realizadas de forma lúdica: “Todos aceitam, gostam, levantam questionamentos, desperta a curiosidade pela história dos povos

indígenas, africanos, o que é muito bom para uma aprendizagem eficaz” (2ª DOCENTE ENTREVISTA).

A docente também sugeriu mudanças importantes, como a inclusão efetiva de conteúdos etnicorraciais no currículo regular e a valorização de autores africanos e brasileiros que dialoguem com as tradições culturais negras e indígenas: “Trazer a literatura infantojuvenil baseada nas relações étnico-raciais para dentro da sala e trabalhar de forma lúdica, despertando na criança o senso de pertencimento e de reconhecimento do outro em si mesmo” (2ª DOCENTE ENTREVISTA).

Esses dados evidenciam o quanto o espaço escolar pode se tornar um território de construção de identidades e de enfrentamento ao racismo, especialmente a partir da literatura infantojuvenil, desde que se estabeleçam políticas institucionais, acervos adequados e formações contínuas para os profissionais da educação.

4.4 Práticas e Desafios no Combate ao Racismo

A análise dos dados obtidos nas duas escolas públicas de Parnaíba (PI) revelou um cenário de avanços pontuais e persistentes desafios no que se refere à implementação efetiva da educação para as relações etnicorraciais. As ações pedagógicas, embora ainda restritas e concentradas em determinados momentos do ano letivo, demonstram o esforço de alguns profissionais em cumprir as determinações da Lei nº 11.645/2008 e promover espaços de reflexão e combate ao racismo no ambiente escolar. No campo das práticas pedagógicas, as escolas realizam, especialmente no mês de novembro, projetos e atividades temáticas voltadas para as culturas afro-brasileira e indígena. Uma das professoras entrevistadas relatou que, durante o Mês da Consciência Negra de 2023, foi realizado um projeto institucional cujo objetivo central era atrair as famílias para a escola e promover um espaço coletivo de conscientização sobre o racismo no ambiente escolar.

Esse projeto incluiu a montagem de uma mostra cultural, organizada pelas turmas, que apresentaram danças, músicas, exposição de trabalhos manuais e leitura de poemas de autores negros e indígenas. Além das apresentações, foram realizadas rodas de conversa abertas com pais, alunos e professores, discutindo episódios de preconceito e formas de enfrentamento. A coordenadora pedagógica que foi entrevistada relatou a importância desse projeto. Já a outra coordenadora pedagógica relatou que, embora atividades nesse sentido sejam desenvolvidas e

pensadas, trazendo resultados positivos, a inclusão efetiva da temática no cotidiano escolar enfrenta dificuldades, sobretudo pela resistência de parte da equipe docente e pela falta de materiais didáticos e literários adequados. Ambas relataram que, ao longo do ano letivo, surgiram situações de racismo pontuais entre os alunos e, mesmo diante da carência de recursos, conseguiram articular a mediação desses conflitos, envolvendo as famílias e promovendo rodas de conversa e momentos de reflexão coletiva.

Embora essas ações representem um avanço importante no sentido de sensibilizar a comunidade escolar, as professoras e as coordenadoras reconhecem que ainda se restringem a momentos isolados, carecendo de continuidade e integração no currículo anual: “As atividades são feitas de forma eficiente no momento, mas poderiam ser mais contínuas e presentes no dia a dia da escola”, relatou uma das professoras entrevistadas. Esse relato confirma as constatações de Gomes (2017), que destaca a tendência de tratar questões raciais apenas em datas específicas, o que dificulta a construção de uma educação verdadeiramente antirracista e transversal.

4.5 Resultados, Problemas e Barreiras

Os resultados observados pelas professoras, a partir das atividades desenvolvidas, foram positivos no sentido de despertar a curiosidade dos alunos e promover maior diálogo sobre as culturas afro-brasileira e indígena. As crianças, segundo as docentes, mostraram-se receptivas e participativas, e as famílias, de modo geral, aderiram às propostas, colaborando com as pesquisas e as apresentações culturais.

No entanto, as principais barreiras identificadas foram a escassez de literatura adequada no acervo escolar, como relatou uma coordenadora. A falta de formação continuada dos docentes e a resistência de alguns gestores e professores em abordar o tema de forma aprofundada e permanente, também é um desafio. As coordenadoras ressaltaram que, apesar da obrigatoriedade legal, nem todos os profissionais compreendem a importância de trabalhar a temática de forma contínua, limitando-se às comemorações do mês da Consciência Negra. Além disso, relataram a existência de episódios de racismo no ambiente escolar, que, embora esporádicos, evidenciam a urgência de se trabalhar essas questões com mais regularidade.

Um dos casos relatados ocorreu no início de 2024, quando um aluno fez um comentário pejorativo sobre a cor da pele de outro colega. A situação foi levada à direção, às famílias e discutida com a turma. A coordenadora relatou que, para resolver o ocorrido, foram chamados

os pais dos alunos envolvidos e organizada uma roda de conversa com os estudantes da sala. Paralelamente, a professora, sensibilizada com o episódio, decidiu utilizar a literatura como ferramenta pedagógica para tratar da situação em sala de aula. Na ocasião, trabalhou com a turma o livro “O cabelo de Lelê”, de Valéria Belém (2012), obra que discute questões de identidade, autoestima e valorização da ancestralidade negra. A atividade gerou um intenso debate entre as crianças e, segundo a professora, contribuiu para que os alunos compreendessem melhor a importância do respeito às diferenças:

Foi muito importante. As crianças participaram, conversaram, fizeram desenhos sobre suas famílias e as diferentes cores e tipos de cabelo. Depois disso, não tivemos mais episódios daquele tipo na turma (DOCENTE ENTREVISTA)

Esse episódio evidencia, na prática, o potencial transformador da literatura infantojuvenil no enfrentamento ao preconceito e na promoção de uma cultura escolar mais inclusiva e democrática

4.6 A Literatura como Ferramenta Antirracista

Apesar das limitações apontadas, a literatura infantojuvenil tem se configurado como uma das principais ferramentas antirracistas utilizadas pelos docentes nas escolas investigadas. A professora destacou que, mesmo com a escassez de títulos específicos nos acervos escolares, busca selecionar, dentro do possível, obras que permitam trabalhar aspectos culturais afro-brasileiros e indígenas, como as produções de Daniel Munduruku e Jorge Amado. As coordenadoras também reconhecem a importância da literatura no enfrentamento ao preconceito.

7639

O episódio envolvendo a leitura de “O cabelo de Lelê” exemplifica como a literatura pode ser utilizada não apenas como conteúdo didático, mas como instrumento mediador de conflitos, permitindo abordar situações de preconceito de forma sensível e educativa, favorecendo a construção de valores de respeito e empatia. Esse dado dialoga com Mariosa e Reis (2011), ao reafirmarem que o contato com representações positivas da diversidade cultural contribui para o fortalecimento da identidade das crianças negras e indígenas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Pistas para o Aprimoramento

Os dados levantados nesta pesquisa evidenciaram avanços pontuais, mas também limitações significativas na forma como as escolas públicas de Parnaíba (PI) têm trabalhado a

literatura infantojuvenil no campo da Educação para as Relações Etnicorraciais. Considerando o cenário analisado, algumas propostas práticas e orientações metodológicas podem contribuir para o aprimoramento desse trabalho:

Formação continuada de professores com foco específico em EREER, literatura afro-brasileira e indígena, e metodologias antirracistas. Trabalhar a formação dos docentes é fundamental para garantir o tratamento adequado da temática e evitar a reprodução de estereótipos;

Criação de um acervo literário diversificado e representativo, que contemple obras de autores negros, indígenas e africanos, além de títulos que abordem de forma positiva as identidades e culturas afro-brasileiras e indígenas. A ampliação desse acervo nas escolas deve priorizar livros que sejam acessíveis e adequados às diferentes faixas etárias da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental;

Inclusão sistemática e transversal da temática etnicorracial nos planejamentos pedagógicos, ultrapassando as atividades pontuais em datas comemorativas e garantindo que os conteúdos estejam presentes ao longo de todo o ano letivo, em diferentes áreas do conhecimento;

Utilização da literatura infantojuvenil como ferramenta mediadora, não apenas para transmissão de conteúdos, mas para o enfrentamento de situações de preconceito e mediação de conflitos no ambiente escolar, a exemplo do caso relatado com a obra “O cabelo de Lelé”, da autora Valéria Belem.

Essas pistas metodológicas podem colaborar para tornar o ambiente escolar mais inclusivo e democrático, efetivando o que preconiza a Lei nº 11.645/2008 e promovendo uma educação antirracista desde os anos iniciais.

5.2 Palavras Finais

A presente investigação permitiu compreender como as escolas públicas de Parnaíba (PI) têm se organizado e implementado práticas pedagógicas com foco em EREER, especialmente a partir da literatura infantojuvenil. Os resultados indicam que, embora haja uma crescente consciência da importância do tema, a sua efetivação no cotidiano escolar ainda enfrenta obstáculos, como a carência de acervo literário adequado, a ausência de formação continuada para os docentes e a concentração das atividades em datas específicas.

Apesar dessas dificuldades, a pesquisa também evidenciou experiências positivas, como o projeto realizado em novembro de 2023, que envolveu as famílias no debate sobre o racismo, e o uso pontual da literatura para mediar situações de preconceito entre os estudantes.

Tais iniciativas demonstram que, mesmo com limitações, é possível promover ações significativas que contribuam para a construção de uma escola mais diversa e para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Como toda pesquisa de caráter qualitativo e de abordagem etnográfica, este estudo apresenta limitações, sobretudo no que diz respeito ao número restrito de escolas e participantes envolvidos, o que impede a generalização dos resultados para a totalidade da rede municipal de ensino. Além disso, a resistência de algumas instituições e profissionais em participar da pesquisa e discutir a temática etnicorracial demonstrou a persistência de barreiras socioculturais que precisam ser enfrentadas. Para investigações futuras, recomenda-se: ampliar o número de escolas e participantes, incluindo estudantes, familiares e gestoras escolares, a fim de obter um panorama mais amplo e detalhado das práticas e percepções sobre a educação das relações etnicorraciais no município; investigar os efeitos de formações continuadas e intervenções pedagógicas sistematizadas, acompanhando seus impactos na rotina escolar e nas relações entre alunos; mapear e analisar o acervo literário de toda a rede municipal, propondo políticas de atualização e ampliação com obras de autoria negra, indígena e africana.

Esses próximos passos podem contribuir significativamente para o fortalecimento de uma educação antirracista em Parnaíba, valorizando a diversidade e enfrentando, de forma mais consistente, as desigualdades raciais presentes no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

7641

AMADO, Jorge. Bahia de Todos os Santos: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Machado de Assis: Memórias póstumas de Brás Cubas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 1ª ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELÉM, Valéria. O cabelo de Lelê. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2012.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação Qualitativa em Educação. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Literatura Infantil: Teoria e prática. 18.ed. São Paulo: Ática, 1999.

EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 17.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARIOSIA, Gilmara Santos; REIS, Maria da Glória dos. A influência da Literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças. Estação Literária Londrina, Vagão-volume 8 parte A, p. 42-53, dez. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNDURUKU, Daniel. Coisas de Índio. 7.ed. São Paulo: Callis, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. São Paulo: Editora Mulheres, 2018.